

# Sarney impugna incorporação

*Por considerá-la inconstitucional e politicamente inconveniente*

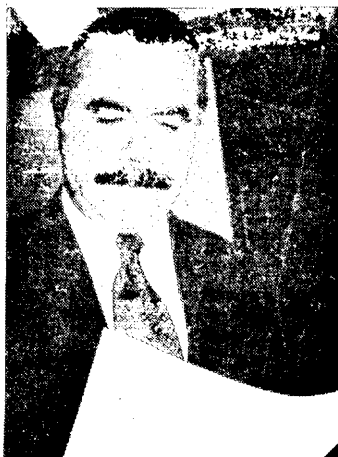
Por julgá-la "inconstitucional e politicamente inconveniente", o presidente do PDS, senador José Sarney, anunciou, ontem, que impugnará a incorporação do PP ao PMDB logo que esta seja encaminhada ao Tribunal Superior Eleitoral.

A incorporação, conforme o dirigente pedessista, contraria o artigo 152 da Constituição, que estabelece entre os princípios de funcionamento dos partidos, a atuação dentro do programa aprovado pelo TSE: "O programa do PP desaparecerá, e os militantes que com ele se comprometeram ao assinar suas fichas

de filiação serão obrigados a apoiarem o PMDB por uma decisão de cúpula".

Desta forma, o senador Sarney considera que a incorporação resultaria em um "constrangimento de vontade", já que os pepistas que não concordam com a medida e recusaram-se a integrar o PMDB se tornarão inelegíveis em 1982.

O presidente do PDS considera ainda que a incorporação favoreceria um só partido, o PMDB: "E achamos que é um direito nosso buscar os recursos legais para impedir que um partido seja favorecido com a filiação de milhares de eleitores, fora



Sarney não gostou da decisão

dos prazos da lei".

Voltando a advertir que a fusão ou a incorporação entre partidos oposicionistas, representa um retrocesso político, Sarney observou que, dentro de uma sociedade pluralista e democrática, a política deve ser feita pela afirmação doutrinária das diversas siglas.

O dirigente pedessista atribuiu o movimento pela incorporação do PP ao PMDB à radicalização do momento político. Segundo ele, "as paixões estão muito acesas e os sentimentos à flor da pele. Espero que este momento seja superado o quanto antes".

## Figueiredo também não crê na decisão oposicionista

O Presidente João Figueiredo não acredita, também, na incorporação do PP ao PMDB, considerando essa inviabilidade em função das dificuldades que os dois partidos terão, inclusive quanto à divisão de cargos. Esse comentário foi feito, ontem, pela manhã, durante audiência concedida ao governador Guilherme Palmeiras.

O governador de Alagoas, que disse não ter ainda estado com o Presidente após sua recuperação, pediu essa audiência para colocá-lo a par dos problemas administrativos de seu Estado, aproveitando a oportunidade para abordar assuntos de ordem política.

Partiu de Palmeira o comentário sobre a propalada fusão

das Oposições ou da simples incorporação do PP ao PMDB. "Eu comentei com ele (Figueiredo) que achava inviável este processo de fusão do PMDB com o PP, pelas reações que a gente encontra — não digo só no Estado de Alagoas, pois lá não existe PP — mas entre vários líderes, tanto do PP como do PMDB, onde lutam e pedem igualdade em disputa de cargos eletivos nos diversos Estados e Municípios. Não é uma coisa muito fácil, comentei ainda com o presidente Figueiredo. E disse mais, que podem, até dizer que isso venha a ser legal mas hoje com as posições da liderança, não creio que isto venha a ocorrer".

— E o Presidente deu alguma

resposta a esse comentário?

—Ele concordou, mais ou menos, com esse ponto de vista, de que não é fácil que isso venha a ocorrer, em função já dessas posições. Em alguns casos — friso — existem radicalizações maiores do que dentro do próprio PDS.

Nessa conversa política com Figueiredo, o governador de Alagoas disse ter feito também um relato completo sobre a situação do PDS no Estado, considerando-a "muito boa", após a anunciada reforma eleitoral, porque evitará qualquer dissensão interna que por acaso viesse a existir. "Mas antes da reforma, nós já venceríamos todos os cargos, porque temos

maior estrutura e maior potencial eleitoral. Para nós, a reforma proporcionará maior união partidária", fez questão de comentar.

Guilherme Palmeira afirmou já está praticamente delineado o quadro sucessório no Estado, devendo o ex-governador e hoje deputado federal Divaldo Suruagy ser o candidato à sua sucessão, "por reunir maiores condições políticas e eleitorais do que o presidente do PDS regional, deputado José Tavares". Palmeira confirmou que poderá vir a definir-se por aceitar sua indicação para concorrer ao Senado, devendo dar uma resposta decisiva até janeiro, quando concorrerá com o senador Teotônio Vilela.